



Anais da Assembleia

N.º 121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 183ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1976 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Dal'Oglio e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (44), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Deni Schwartz, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Sob o número 118/76, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica da Proposta de Orçamento Anual para o exercício de 1977. — À C.C.J. —

MENSAGEM 119/76

Curitiba, 28 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.ª Classe, bem como substituir a tabela de escalonamento vertical prevista no artigo 116 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos realizados em consonância com orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares — CGPM, órgão do Ministério do Exército, competente para o exame de assuntos ligados a organização das Corporações Militares Estaduais.

A alteração do escalonamento vertical previsto no artigo 118, da Lei 6417, de 03 de julho de 1974, é oportuna e necessária, em razão, também, da orientação da Inspeção Geral das Polícias Militares, no sentido de melhor adequação de tal escalonamento.

Por outro lado, o Plano de Lei proposto prevê a fixação dos vencimentos dos Delegados de Polícia de 1.ª classe, os quais, segundo os índices percentuais contidos na tabela de escalonamento vertical de que trata a Lei Complementar número 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), ensejarão majoração nos vencimentos de todo o pessoal ocupante de cargos que integram o quadro de funcionários da Polícia Civil.

Certo de que a medida proposta a essa augusta Assembleia Legislativa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — É fixado em Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros), o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A tabela de escalonamento vertical anexa a esta Lei, substitui à prevista no Art. 118 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973.

Art. 3.º — Os atuais alunos da Escola de Formação de Oficiais que, em razão da vigência desta Lei, passaram a fazer jús a vencimentos totais inferiores aos que vinham recebendo, terão direito ao complemento da diferença encontrada.

Parágrafo Único — O complemento de que trata este artigo, decrescerá progressivamente até sua completa extinção, em razão dos futuros reajustamentos de soldo, promoção ou nas novas condições alcançadas.

Art. 4.º — Os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.ª Classe são fixados em Cr\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos cruzeiros).

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de setembro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A QUE TRATA O ART. 3.º

I — Oficiais Superiores:

a) Coronel PM	Índice 1000
b) Tenente-Coronel PM	Índice 913
c) Major PM	Índice 836

II — Oficiais Intermediários:

Capitão PM	Índice 720
------------	------------

III — Oficiais Subalternos:

a) 1.º Tenente PM	Índice 579
b) 2.º Tenente PM	Índice 521

IV — Praças Especiais:

a) Aspirante-a-oficial PM	Índice 501
b) Aluno (último ano)	Índice 128
c) Aluno (demais anos)	Índice 77

V — Praças:

a) Subtenentes PM	Índice 501
b) 1.º Sargento PM	Índice 450
c) 2.º Sargento PM	Índice 386
d) 3.º Sargento PM	Índice 348
e) Cabo PM	Índice 250
f) Soldado PM de 1.ª Classe	Índice 220
g) Soldado PM de 2.ª Classe	Índice 150

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 120/76

Curitiba, 28 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de agosto de 1976, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado, a partir de 1974.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 121/76

Curitiba, 28 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA, criado pela Lei número 6639, de 29 de novembro de 1974, na forma que especifica.

Em obediência ao disposto na Lei Federal número 4320, de 14 de março de 1974 (Normas Gerais de Direito Financeiro) o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, no vigente Orçamento Geral do Estado, conforme menciona.

Certo de que a medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) destinado a atender despesas com o FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA, criado pela Lei número 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ORGÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL
PROGRAMA:	ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA:	ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATIVIDADE:	ATENDIMENTO A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS
DOTAÇÃO:	4801.03070212.170

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar

..... Cr\$ 3.000.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei número 6640, de 04 de dezembro de 1974 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1975.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 122/76

Curitiba, 29 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de abril de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com o Município de MANOEL RIBAS, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotação do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 123/76

Curitiba, 29 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de MOREIRA SALES, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— A Comissão de Constituição e Justiça

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O 13.º Batalhão de Infantaria Blindada, brilhante unidade de nosso Exército, sediada em Ponta Grossa, comemora no dia 01 de outubro próximo, o 53.º aniversário de sua instalação. Pelo transcurso de tão grata efeméride, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com a aprovação do Plenário, que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo em homenagem ao 13.º Batalhão de Infantaria Blindada, que tem em seu acervo páginas de gloriosas tradições. REQUER que, igualmente, se dê ciência deste fato ao ilustre Comandante daquela corporação, Tenente Coronel Tarciso Celso Carvalho Nunes Ferreira.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública

do Estado do Paraná, solicitando sejam designados mais funcionários para o serviço de Identificação Civil em Maringá, bem como, melhoria nas instalações, para que possam ser evitadas as enormes filas formadas para a obtenção da Cédula de Identidade.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Os problemas para obtenção da Cédula de Identidade em Maringá, já foi objeto de requerimento de nossa autoria em 28 de abril de 1975, porém nenhuma providência foi tomada, e os problemas além de continuarem, foram agravados.

O número reduzido de funcionários, as dependências em que funciona o Instituto em Maringá, não oferece condições de um melhor atendimento, o que dificulta ainda mais o atendimento ao público.

Urge portanto, que providências sejam tomadas para maior brevidade no atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado um voto de regozijo pela passagem do "DIA DA SECRETÁRIA", que se comemora nesta data.

Sala das Sessões, em 30 de Setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em todos os setores da atividade, é inegável a efetiva contribuição dada pela Secretária.

Para o eficiente desempenho de funções, quer nos setores públicos ou privados, nunca deixa de ser evidenciada a correta participação da Secretária.

Responsáveis, portanto, em ponderável parcela, pela organização daquilo que se faz pensando no incessante e contínuo trabalho que se desenvolve com vistas ao progresso de nosso país, justa nos parece esta lembrança.

Que essa singela homenagem, em reconhecimento ao infatigável exercício de seus misteres, possa lhe servir de estímulo na continuidade da colaboração que, muitas vezes sem medir sacrifícios, vem prestando em todos os ramos de trabalho, é o objetivo que este Deputado, com a aprovação do Plenário, deseja obter dessa augusta Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registro com satisfação um acontecimento que representa, para o Sudoeste do Paraná, a consolidação do desenvolvimento de uma região compreendida entre o município de Pato Branco e União da Vitória.

Às 16:00 horas de hoje, verificar-se-á no Gabinete do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, o ato de assinatura do Edital de Concorrência do asfaltamento da Estrada PR T — 280 no trecho Pato Branco-Palmas, numa extensão de aproximadamente 100 km, com revestimento de primeira categoria, que ensejará, para o Sudoeste do Paraná, mais uma saída asfáltica em demanda à Capital do Estado.

A licitação deste trecho, da PR T 280, coroa o esforço governamental que já vem desenvolvendo aceleradamente os trabalhos de pavimentação do trecho Palmas-União da Vitória.

Com o asfaltamento do trecho Pato Branco-União da Vitória, uma extensão de aproximadamente 242 km., quer signifi-

car para o Sudoeste que já viu concluído o asfaltamento do trecho Pato Branco-Francisco Beltrão, e que se encontrando em obras o trecho de Francisco Beltrão-Capanema no subtrecho Francisco Beltrão-Ampère, uma situação invejável para toda uma coletividade brasileira que trabalha e produz no Sudoeste paranaense.

E, nesta oportunidade, convém ressaltar, Sr. Presidente, o alto espírito público dos Srs. Senadores da Comissão de Finanças do Senado, que analisando o pedido do Governo do Estado do Paraná, emitiram parecer favorável na solicitação do Governo paranaense que visa a obtenção de empréstimos externos para a dinamização das obras do setor rodoviário.

É oportuno também, que se registre o início dos trabalhos de pavimentação de outras ligações no Sudoeste do Paraná, muito embora estas rodovias constantes do plano de rodovias alimentadoras ou vicinais, estejam recebendo pavimentação de baixo custo ou tida como de revestimento econômico.

Assim, Sr. Presidente, além das estradas licitadas e algumas delas em obras, nós estamos assistindo, hoje, a assinatura do Edital de Concorrência Pública, para o asfaltamento do subtrecho da PR T 280, Pato Branco-Palmeiras.

E vemos, com satisfação, o início, a curto prazo, dos trabalhos de pavimentação de outras estradas também importantes para o Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É comum levantarem-se críticas contra os homens da Oposição, porque estes apenas exercem a crítica pela crítica e afastam qualquer possibilidade de reconhecer uma boa atuação governamental.

Justifico nesta Casa minha atuação de intransigente na fiscalização do Governo em todos os níveis, porque entendo que o MDB, hoje, só poderá auxiliar a reconstrução brasileira, deste que não abra mão da fiscalização disciplinadora e tão necessária ao ponto de, não existindo ela, infalivelmente estará descaracterizada a própria democracia.

Digo inicialmente isso para justificar o meu reconhecimento a uma medida do Governo Federal, tomada no dia 15 de setembro corrente, pelo Decreto 78.423, publicado no Diário Oficial da União, de 16 de setembro de 1976, em que fica declarado de interesse social para desapropriação, a Gleba Chopinzinho, no município de Chopinzinho, neste Estado, com uma área superior a 49.000 hectares.

Em data de 25 de agosto de 1975, subimos à tribuna desta Assembléia, relatando aos Srs. Deputados, os trágicos acontecimentos em que envolviam a morte do bacharel Aloysio Henriques, uma das inúmeras vítimas da agitação social, que ocorreram naquela conturbada área de terras e, concluímos, pedindo o apoio da Casa para endereçar requerimento ao INCRA, no sentido de que aquele instituto interviesse exatamente para que fosse possível titular aos posseiros o domínio pleno das terras.

Isso ocorreu com o Decreto presidencial no último dia 15 em que o INCRA foi autorizado a desapropriar a área e, conseqüentemente, expedir aos posseiros os domínios das terras, através de documentação hábil e em caráter definitivo.

Basta, agora, e tão somente, que o INCRA tome das medidas cautelares para que sejam os posseiros mantidos em seus direitos e que, sem mais tardar, seja a titulação procedida.

Tivemos nossa pretensão atendida, e a pretensão de muitos que intervieram neste delicado assunto, e por tal razão, aqui fica o reconhecimento público deste procedimento que trará a tão sonhada tranquilidade social àquele próspero e rico município de Chopinzinho.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda no último dia 9, deste mesmo Plenário, requeríamos ao mesmo INCRA e Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, imediatas providências no sentido de que fossem acelerados os trabalhos para que toda a região Sudoeste do Estado, e especialmente a faixa de fronteira, fosse regularizada através de expedição de títulos de domínio.

Sabemos que o entrave se localiza exatamente na renovação de um convênio firmado entre o INCRA e o Governo do Estado do Paraná, através da FITC, para ser possível o desentrelaçamento burocrático existente.

Todavia, Sr. Presidente, o que não nos convence, e o que jamais se poderá justificar é a excessiva demora na renovação deste convênio.

Mais de ano que é para ser tomada esta medida, e até o momento nada se concretizou. Posso afirmar que é totalmente procedente a denúncia de omissão do INCRA quanto a este problema, eis que por parte da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, obstáculo algum se apresenta para renovação do convênio.

Tão só e unicamente é a falta de interesse do INCRA, a sua permanente omissão que, como se sabe, é um órgão excessivamente burocratizado, indeciso e moroso.

Veja-se, por exemplo, o caso das indenizações da Usina de Salto Osório que por diversas vezes, aqui, já nos ocupamos e não tivemos indulgência para com a ELETROSUL que ainda não efetuou o pagamento aos posseiros e proprietários.

Para conhecimento da Casa, lerei alguns tópicos que a ELETROSUL, em carta enviada à Presidência desta Assembléia, datada de 02 de abril de 1976, procura se justificar porque não foi até o momento realizado o pagamento das terras utilizadas pela bacia de inundação dos posseiros de Salto Osório.

Em sua carta alega a ELETROSUL, através de seu Presidente Thompson Flores, em ofício datado de 02 de abril de 1976 enviado ao Exmo. Dr. Paulo Affonso Alves de Camargo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de uma exposição longa e detalhada, procura, inicialmente, se justificar porque a discordância na forma de pagamento entre os diversos posseiros.

A ELETROSUL partiu, assim, de um raciocínio primário para poder justificar a sua posição porque requeremos desta Assembléia que o pagamento fosse feito em igualdade de condições, quer àqueles expropriados que contestaram a ação e aos que não contestaram a ação, pois, aos que ainda não contestaram a ação, o preço do alqueire de terra não será superior a dois mil cruzeiros, ao passo que, àqueles que contestaram a ação e, após o procedimento da avaliação judicial, foi encontrado o valor superior a dez mil cruzeiros, havendo, portanto, uma discriminação gritante e uma injustiça entre aqueles que não contestaram a ação e aqueles que contestaram-na. E o nosso requerimento foi no sentido para que existisse igualdade de tratamento para todos os proprietários das terras alagadas pela Usina.

A ELETROSUL está se fazendo de desentendida, procurou justificar que o preço das terras deve ser desigual porque desiguais são os diversos terrenos no seu aproveitamento e na sua valorização. Não foi nesse sentido que requeremos e, as notas taquigráficas do nosso pronunciamento são bem claras. Mas, a ELETROSUL veio com esta justificativa de haver desigualdades em relação ao preço e, procura dizer porque o pagamento não foi feito, através do seguinte tópico: "Cumpra mencionar nesta oportunidade, que a ELETROSUL em documento datado de 09 de agosto de 1974, esclareceu ao Juízo da Primeira Vara Federal, fundamentadamente, que a União ou o INCRA, ou a Fundação do Instituto de Terras e Cartografia, esta por delegação de atribuições, tinham também interesse no depósito judicial efetuado ou no desfecho da causa, sendo indispensável que se pronunciassem para que o preço das respectivas áreas tivessem

sua perfeita e correta destinação.

De acordo com o Despacho encaminhado mencionado no item 8, da presente exposição, a ELETROSUL, por seu assistente, Sr. Jatyran Ranzolin, divergindo no todo das conclusões a que chegou o Engenheiro Waldir Jansen de Melo, perito do Juízo, apresentou, em separado, seu laudo de avaliação referente às terras, benfeitorias e outros bens. Assim, este documento fundamenta amplamente, a sua total discordância pelo exame pormenorizado dos bens envolvidos, levando em consideração todos os fatores que conduziram à fixação dos referidos valores, concluindo pela resposta aos quesitos formulados pelas partes".

Mas, então procura, a ELETROSUL, envolver a União, o INCRA e a Fundação, porque esses organismos teriam interesse na decisão da causa.

Ora, aos expropriados, ao homem proprietário da terra, não importa se é o INCRA, se é a União, se é a Fundação, ou seja o órgão que for; o que importa, é que de um lado está o interesse privado e do outro, o interesse governamental, através de seus vários departamentos numa situação "sui generis", porque não se sabe com quem demandar e o Governo, seja ele através da administração direta ou indireta, quer nos parecer o bom senso, de que deve chegar a uma conclusão, do qual o órgão particular, o proprietário da terra numa luta judicial e que jamais conseguirá chegar a tão sonhada coisa julgada e saber se pode levantar o dinheiro ou não. Através do último decreto da Presidência da República, ficou claro de que foi desapropriada por interesse social e de que o posseiro, mais do que ninguém, é o homem que tem direito à terra e o posseiro é que será o titular. Está a solução encaminhada e a ELETROSUL é que deve urgenciar neste sentido, e ela tem os laudos de avaliações em mãos, tem o levantamento efetuado e as vistorias efetuadas,

Ao posseiro, ao homem que tinha a terra, ao homem que foi obrigado a abandonar a terra, é que deve efetuar o pagamento e discutir de quem, posteriormente, será o domínio, mas a ELETROSUL insinua a responsabilidade do Incra, e neste ponto acredito, que tenha ela razão.

Afirma num dos seus tópicos:

(Lê): "O Incra, todavia, embora não abrindo mão de suas prerrogativas de dona da terra e deixando em suspenso a questão, manifestou a tendência de fazer o reconhecimento da posse em favor dos atuais titulares do domínio, uma vez que não pretendiam legitimar as escrituras propriamente ditas, viciadas estariam "ab-initio" pela nulidade".

Em decorrência de consulta formulada pelo Presidente da COPEL, data de 14 de fevereiro de 1973, o Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, pelo Ofício 151/73, de 28 do mesmo mês, informa ser essa área, imóvel Chopin, jurisdicionado pela Fundação através do referido convênio celebrado com o INCRA e recomenda que os detentores dos títulos, deverão revalidá-los junto à mesma, como executores do convênio, conforme declara. A ELETROSUL houve por bem, então, como medida cautelar, proceder diretamente apenas a indenização de danos, benfeitorias, depositando em juízo o "quantum" referente às terras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos, através disso, de que a ELETROSUL se mostra em dúvida de quem seja a propriedade de terra e aponta a existência de um convênio entre a Fundação Instituto de Terras e Cartografia e o Incra, porque estaria a Fundação com interesse naquela área. O que não se pode conceber, de maneira alguma, é a convergência entre estes órgãos do Governo, quer de administração indireta que é a ELETROSUL e a Fundação que é a administração direta ou autarquia, que é o INCRA. Ficam discordando de quem é o domínio ou a quem cabe expedir a titulação a fim de que a ELETROSUL possa fazer o pagamento.

(Lê): "Devo, num parêntesis explicar que rebelei-me contra a ELETROSUL porque pretende ela pagar de maneira

discricionária as indenizações com o preço justo, mais correção monetária e juros, aos que contestaram a ação na Justiça Federal e aos que não contestaram aquela ação receberão, simplesmente a indenização, na base da avaliação procedida pela Copel e Eletrosul que como já repeti e não foi desmentido e nem o poderia ser porque os números são a evidência e esta é a injustiça feita com evidente má fé, pois avaliou-se na base de dois mil o alqueire, quando na realidade a terra valia oito.

Neste aspecto a Eletrosul falou e daí o sentido dos nossos requerimentos; que as indenizações fossem pagas sem contar que os proprietários contestaram ou não, o preço, mas de maneira equitativa e justa. Todavia pela resposta da Eletrosul, tanto esta Casa como no processo de desapropriação da Justiça Federal, está evidente que só aceitará uma solução desde que o litígio dominial não mais exista.

E, como a própria Eletrosul evidenciou em sua resposta: Que o Incra não abriu mão da prerrogativa de dono da terra e deixou a questão em suspenso.

(Lê): "Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse, pouco importa para o expropriado, que seja um órgão da administração direta ou indireta que não lhe pague a justa indenização, vale dizer, que seja a Eletrosul ou Incra, o que importa é que como proprietário e posseiro foi despojado de suas terras, não recebeu o pagamento para comprar outras e grave injustiça se comete e o que é mais grave, injustiça maior se cometerá se a Eletrosul não pagar na mesma base de avaliação judicial aos que não contestaram a ação na Justiça Federal.

Na sua resposta a esta Casa a Eletrosul se fez passar por desentendida mais uma vez, quando não conseguiu responder, porque não cumpriu a promessa feita, inclusive através de um proposto seu, que transmitiu notícias ao eminente líder do Governo nesta Assembléia, que o pagamento seria efetuado a partir de 15 de maio, lá mesmo nos escritórios da Eletrosul, na Usina de Salto Osório.

E tal promessa não foi cumprida.

E em todo o transcorrer de sua longa exposição, a Eletrosul não faz referências se realmente houve esta promessa ou não.

E como disse eu, o Governo está representado neste episódio por todos os seus órgãos.

Soubemos reconhecer as medidas justas e corretas do Governo, quando desapropriou uma área conturbada.

Mas não podemos aceitar de que o Governo não tome uma medida administrativa, que pode, no sentido de que este pagamento seja feito de imediato, no sentido de que aquelas famílias que perderam as suas terras e que foram obrigadas a abandonar o local, não só através de ordem Judicial, mas através do próprio alagamento da Bacia de Acumulação, tenham que ficar esperando para receber o pagamento.

E aqueles que não contestaram a ação tenham que receber uma importância irrisória.

E como disse e desafio que alguém me prove que não foi conseguido com má fé, se fez uma avaliação até por cinco vezes menor do que o preço real daquelas terras."

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Nilso Sguarezi, V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso, inicialmente quero dizer a V. Exa., que me parabeno com V. Exa. por estar nesta tribuna, dizendo da insensibilidade dos homens da Eletrosul.

Tanto quanto V. Exa. ou mais do que V. Exa., nós os Deputados da Arena, eu particularmente, vejo na Eletrosul o Organismo que, se não bastasse usufruir dos potenciais energéticos que os rios paranaenses dispõem, que são uma verdadeira riqueza em termos de faturamento futuro, além do mais este órgão do Ministério de Minas e Energia não tem sabido corresponder com a expectativa, nem do Governo e nem do povo do Paraná.

Eu estou com V. Exa. nas críticas que faz à Eletrosul, porque a Eletrosul, V. Exa. tem razão, não cumpriu com o que havia prometido, o atendimento com os homens que habitam porções de terras que foram inundadas com o fechamento das comportas da Represa de Salto Osório.

E nós estamos na expectativa, que fatos lamentáveis, tristes, iguais aos que ocorreram no município de São Jorge do Oeste, se repitam, quando do fechamento das comportas da barragem da nova usina que a Eletrosul está construindo no Rio Iguaçu, e deve inundar grandes áreas de terras no município de São João, e Chopinzinho também.

É de se lamentar, que nós, não tenhamos tido a força, poderíamos ter tido, para convencer a direção da Eletrosul a ser mais humana para com os agricultores principalmente, os sofridos agricultores, do município de São Jorge do Oeste.

E eu confesso a V. Exa., a credibilidade que dava às informações que me eram fornecidas pela Eletrosul, esta, eu não aplico mais.

Porque vejo que a Eletrosul não cumpriu com o que havia prometido, no atendimento que deveria ter dado aos posseiros e aos proprietários principalmente, do município de São Jorge do Oeste.

E é por isso, eminente Deputado, que eu cumprimento V. Exa., pela iniciativa de cobrar da Eletrosul, no futuro, um comportamento. — Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço as manifestações de V.

Exa., porque como conhecedor do assunto, e como fiscal, com o vosso consentimento, V. Exa. em todos os pronunciamentos que sempre fez nesta Casa se mostrou vigilante e foi exatamente V. Exa. que trouxe as informações da Eletrosul.

Informação nobre Deputado, que realmente, correspondia à realidade, porque no dia 15 de maio de 75, realmente, engenheiros da Eletrosul, estiveram no canteiro de obra da Salto Osório, apenas não receberam os expropriados, e em São Jorge hoje se sabe, e se comenta do fato inclusive, de duas viúvas, proprietárias de terras, que chegaram a desafiar aqueles engenheiros, porque simplesmente, não deram justificativa alguma do não pagamento.

Já, Sr. Deputado, e aí está a confirmação realmente, de que a Eletrosul, da promessa que foi feita a V. Exa. e transmitida à Casa, já que todos os expropriados foram convocados para comparecer numa reunião naquele dia, e o que é lamentável é que a Eletrosul, então mais uma vez, mostrou-se insensível, chamando o pessoal para a reunião, e não havendo nem a dita reunião.

Daí, o episódio, daquelas duas viúvas terem se rebelado contra mais esta falta de sensibilidade.

Mas, eu vim à tribuna hoje, para fazer um reparo, evidentemente, às afirmações da Eletrosul.

Porque em carta endereçada ao Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, procura a Eletrosul dizer que as afirmações deste Deputado não correspondem com a realidade.

Não vou tentar justificar, se elas correspondem com a realidade ou não, mas corro o risco de requerer à Casa, que se envie as notas taquigráficas de tudo o que foi dito aqui, para que o Sr. Ministro das Minas e Energia, possa avaliar o que acontece, realmente, na Usina Salto Osório, e o que é mais importante, possa se precaver contra o que possa acontecer na Usina de Salto Santiago.

Assim sendo, Sr. Presidente, apresento o seguinte requerimento (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para aprovar requerimento ao INCRA, no sentido de que seja providenciado com imediatês a regularização dos imóveis atingidos pela bacia de acumulação da Usina de Salto Osório no Rio

iguaçu, nos municípios de São João, São Jorge e Chopinzinho, a fim de possibilitar-se o recebimento pelos proprietários das importâncias pagas pela Eletrosul, da desapropriação procedida e tramitando em Juízo, à espera da solução ora requerida.

Outrossim, requer-se determinação do INCRA para acelerar-se a ratificação e retificação do Convênio com o Governo do Estado do Paraná, que o habilita a expedição de títulos de domínio nos municípios de faixa de fronteiras.

Que da decisão comunique-se a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, a Presidência da Eletrosul — Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., bem como sejam enviadas as cópias taquigráficas dos pronunciamentos do subscritor de data de 15/04/75 e 15/08/76, ao Exmo. Sr. Shigeaki Ueki, DD. Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme exposição verbal no Plenário da Casa e que passam a justificar o presente requerimento”.

Como disse, mais uma vez, devo chamar a atenção das autoridades para que o drama daquelas famílias seja resolvido.

E o faço, na esperança de que não sejam em vão nossos apelos, porque acredito num velho adágio popular: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Motivado pela notícia publicada em suas “Notas Políticas”, da “Gazeta do Povo”, volto a esta tribuna, na tarde de hoje, para prestar esclarecimentos.

Falando para poucos, é verdade, mas para respeitável audiência, a nota traz notícias de Paranavaí, a minha cidade, onde tenho domicílio eleitoral: (Lê): “Embora o trabalho da Arena e MDB, no Noroeste seja árduo, a Arena está em vantagem em Paranavaí, onde seus dois candidatos conseguiram em face a antiga rivalidade, catalizar o interesse dos eleitores do município.

O ex-Prefeito Dionísio Dal-Prá, contando com o apoio do Prefeito Pinto Dias, tem como vice Delcídes Pomin (1.181 nas últimas eleições, o segundo mais votado do município).

Ocorre que Pomin teria sofrido certo desgaste como Secretário da Fazenda do município, o que favorece o outro candidato da Arena.

O médico, ex-Prefeito e ex-Deputado José Vaz de Carvalho, lançado pela ala Wilson Fortes, José Vaz tem como vice o Vereador Lauro Machado (1.186 votos, o mais votado nas eleições de 72) que é o atual presidente da Câmara e dono de grande prestígio local.

MDB TEM DESSIDÊNCIA. A Arena, portanto, luta com sua força maior para a Prefeitura enquanto que o MDB tem uma dissidência, pois o ex-Prefeito do ex-PTB, Antônio José Messias, que não conseguiu legenda na oposição (ele alega que foi barrado pelos caciques do MDB), retirou-se do partido e está apoiando abertamente a candidatura Dionísio Dal-Prá.

Embora apontado pelos emedebistas como homem sem maior prestígio eleitoral, ele conseguiu como candidato a Prefeito em 72, 5.602 votos, mais votos do que alcançou José Vaz de Carvalho, atual candidato da ala Wilson Fortes, que obteve 5.339 votos contra 5.989 dados ao atual prefeito Pinto Dias”.

“Os “experts” em política, apesar da poderosa união que.....”

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — A partir deste instante, por determinação da liderança do MDB, V. Exa. ocupa o horário destinado à bancada do Partido.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Obrigado. Continuando, Sr. Presidente, “os experts em política, apesar da poderosa união que Dal-Prá possui em torno de seu nome, estão apostando na candidatura do arenista José Vaz de Carvalho, pois é natural que a posição de desgaste do atual Prefeito, que embora não beneficie o MDB, cataliza votos para a outra ala arenista.

Os candidatos do MDB, Adelmo Pignatari, Pedro Spigolon e Altino Alonso Quinhoeiro, parecem não ter força eleitoral suficiente para colocar em risco o poderio dos candidatos da ARENA, com forte bagagem eleitoral na política municipal.

Inclusive, o candidato a vereador pela Arena, Vicente Messias dos Santos, professor universitário e que atua junto a ala jovem da Arena, acha que “José Vaz se renovou e por isso é o que tem a melhor mensagem no município”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 16 de outubro de 1975, o Deputado Wilson Fortes pronunciava de sua tribuna um discurso em que acusava o atual Prefeito.

São tópicos do seu pronunciamento:

“Há dois anos e meio assumia a chefia do Executivo de minha cidade um cidadão que embora jamais tenhamos comunicado politicamente, do mesmo ideal, mereceu sempre o respeito deste Deputado.

Para nossa estranheza, quando o Prefeito assumiu o Poder do município, vem desenvolvendo uma administração que, se não é desastrosa, pelo menos decepcionante ao nosso povo, à nossa gente.

Como Deputado estadual” — dizia o ilustre Deputado Wilson Fortes — “como homem que aprendeu a querer bem e que deve tanto ao Paraná, observo há muito tempo aquele acontecimento e não poderíamos deixar de vir à tribuna desta Casa tratar de assunto melindroso. Acreditamos mesmo que a função do Paraná, a função de Paranavaí também é esta.

Redigimos aqui algumas linhas a respeito do que vem ocorrendo na cidade de Paranavaí e gostaríamos da atenção dos Srs., porque Paranavaí também é Paraná, porque Paranavaí também faz parte de nossa vida pública, porque foi lá que iniciamos nossa carreira e hoje nosso silêncio volta-se para a grita do povo, para as reclamações do povo, para a revolta do povo contra aquele Prefeito que foi conduzido para administrar a nossa cidade e não está administrando, está dilapidando nosso patrimônio”.

Continua o Deputado: “Impõe-me o dever de clamar contra o administrador improbo que cerceia o desenvolvimento de uma comunidade, não serve, mas serve-se da função pública em causa própria e de seus asseclas e zomba das consciências de uma coletividade inteira.

Entendo a tribuna que o povo me outorgou como sagra-da.

Por isso, quando estava em jogo apenas a liderança política, calei-me.

Calei-me quando os clamores populares assombraram a cidade como notícias de que o alcaide, numa daquelas manobras fantásticas ou golpe de mágica, tornou-se direta ou através de testas de ferro, o dono de consideráveis áreas de terras no perímetro urbano.

Esses terrenos transformaram-se em loteamento com toda a infra-estrutura de energia, água encaçada, meio fio, etc.

Calei-me porque ainda julgava que não veio a hora de dar guarida à voz do povo que culminou de chamar, de tachar o seu Prefeito de “canaveira”.

Calei-me — dizia o Deputado Wilson Fortes — quando o Clube Atlético de Paranavaí via-se despojado de seu estádio

que foi desapropriado pela irrisória importância de Cr\$ 18.000,00.

A gravidade reside primeiramente no fato de a importância ser tão minúscula diante dos cinco milhões de cruzeiros em que é avaliado" ou que foi avaliado.

"O crime agrava-se quando se leva em consideração que o patrimônio foi uma doação do ex-Governador Ney Braga, ao desportista de Paranavaí.

Calei-me na esperança de que outro patrimônio fosse destinado ao Clube Atlético.

Nem o esporte, portanto, escapou da sanha do Administrador improbo.

Ó tempos..... Ó desgraça..... não me permite mais a consciência de me calar com esta calhorda e chacanal manobra de se apropriar da Usina de Açúcar...

Paranavaí será aquinhoadada com uma Usina de Açúcar pelo Governo Federal".

Afirmava mais adiante o Deputado. Wilsin Fortes: "A cúpula de meu Partido trama usurpar até essa obra que o Governador com denodo conquistou para o Paraná.

Creio que a empresa não pode ter um só dono - o tempo dos Srs. de engenho já passou - nem pertencer a um grupo, mas é de todos que, com seu trabalho, seu suor, contribuem para a grandeza do desenvolvimento.

Rejeito a tese defendida pelo Prefeito que num conlúio, numa simbiose de covil com o ex-Prefeito Dionísio Dal-Prá e com o Presidente da ARENA, Carlos Bergamini, sócio da empresa alcaide, pretende para um grupo pequeno uma S.A. para canalizar os frutos do suor e da luta de tantos trabalhadores, sitiantes e fazendeiros da região.

Repilo, como repele o povo, as insinuações.

Não admito, como o povo não admite, que o benefício outorgado pelo Governo Federal na ordem de 160 milhões de cruzeiros, seja carreado para uma S.A., onde o Sr. Prefeito Municipal e seu poder econômico lideram mais de 70 por cento".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para lembrar o que foi dito, e com reconhecida insuspeição, pelo nobre Deputado Wilson Fortes.

Poderíamos até mesmo dizer que S. Exa. se esqueceu de outros fatos graves além dos narrados.

Esqueceu que o Diretório Acadêmico "Tristão de Athaide" cedeu uma sua propriedade através de escritura pública passada para o Governo do Estado e, ao mesmo tempo, foi assinado um compromisso de que S. Exa., o Sr. Prefeito Municipal se compromete dar outro terreno ou a pagar juros de mora e correção monetária.

Nada disso, até hoje, não obstante o tempo decorrido, foi feito.

Poderia ainda o Deputado Wilson Fortes ter falado do terreno pertencente à Fundação Faculdade de Filosofia de Paranavaí, cedido também para a FUNDEPAR em razão dos pedidos feitos por S. Exa. e Sr. Prefeito Municipal; e da escritura pública consta que a propriedade foi paga através de empenho da Prefeitura Municipal e, até hoje, a Fundação Faculdade de Filosofia de Paranavaí não recebeu a importância correspondente à venda de sua propriedade.

Esses duas áreas foram cedidas ao Governo em razão da influência de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal, e, até hoje, S. Exa. não cumpriu a palavra efetuando o pagamento às duas entidades.

Mas ainda não ficou aí, o Aeroporto de Paranavaí foi inaugurado recentemente e não está funcionando como deveria estar, porque ainda não tem a autorização devida do Ministério da Aeronáutica que exige para sua liberação, a escritura de doação e esta, não poderá ser outorgada àquele Ministério porque S. Exa., o Prefeito Municipal de Paranavaí, embora comprometido com os particulares, ainda não efetuou o pagamento das desapropriações.

Tudo isto é lamentável, E é tudo isto que vai conduzir à derrota na cidade de Paranavaí.

Eis aí a verdadeira informação à "Gazeta do Povo", mesmo porque contam os dois Deputados Arenistas com considerável poderio econômico.

Eu até desafio os Deputados desta Assembléia a provarem que há, em qualquer parte deste Estado, maior poderio econômico do que o existente em Paranavaí.

Embora tivesse tomado esta posição o nobre Deputado Wilson Fortes que, tantas vezes calou-se para não dizer a verdade e um dia pretendeu dizê-la omitindo certos fatos graves.

S. Exa. hoje cala-se novamente porque acordo foi feito na cúpula arenista do meu município de Paranavaí, em que se dividiu o poderio administrativo da Prefeitura, ficando o ex-Prefeito José Vaz de Carvalho com três Secretarias, entre elas a de Assistência Social e a de Viação e Obras Públicas que tem como Secretário, o genro do Deputado Flávio Jovini, para fazerem política em torno da candidatura de José Vaz de Carvalho.

E a divisão foi feita de tal sorte, que para agradar ao candidato, cuja convenção começou num dia e só no outro foi concluída, necessário seria que um amigo incondicional do Prefeito Benedito Pinto Dias, fosse o seu candidato a Vice-Prefeito, o suplente de Deputado Lauro Machado, amigo incondicional do Prefeito Benedito Pinto Dias, é o candidato a Vice-Prefeito da Chapa do Dr. José Vaz de Carvalho, que contou com o amigo incondicional do Prefeito e três Secretarias da Prefeitura, contrariando assim a Arena de Paranavaí, os princípios revolucionários, que não são privilégio dela.

Afirmamos com toda a ênfase, poderemos dizer que combater a corrupção e a subversão são princípios de todo o homem de bem, esteja neste ou naquele Partido.

A corrupção graça em Paranavaí, repartições públicas estão à disposição dos candidatos da Arena para tomarem providências com relação à expedição de carteiras de motoristas e de identidade.

As repartições não cabem aos interessados.

Ficam nas calçadas fazendo filas, remetidos pelos Comitês, também cheios, dos candidatos da Arena.

A pobreza do MDB em Paranavaí é franciscana.

Haveremos de ganhar as eleições na raça, através de nosso idealismo, das nossas teses, dos princípios do MDB, procurando convencer o povo de que há, realmente, necessidade de uma mudança, porque Paranavaí, para mudar, é preciso que a Prefeitura volte, ou venha, para as mãos do MDB, eis que se encontra nas mãos da Arena desde 1.964.

Não importa.....

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — V. Exa. dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Apenas para concluir.

Sr. Presidente. Não importa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a rivalidade de ambos, com o objetivo de usurpar, inclusive, direitos que são nossos, são da oposição.

Nós temos três candidatos paupérrimos, pobres sim.

Estamos recebendo donativos para o nosso partido, como as instituições de caridade recebem esmolas para conseguir sobreviver.

Eles não precisam disso, têm dinheiro a valer.

Um deles ganhou no ano passado cerca de 80 milhões de cruzeiros na compra e venda de café.

E confesso, Sr. Presidente, até mesmo não sei se digo com tanta tristeza, que nem a lei eleitoral nem a justiça têm condições de combater a corrupção que anda por aí.

Lutaremos sim. Estamos protestando e denunciando a corrupção em Paranavaí, mas com a força do eleitorado e com os princípios do MDB, haveremos de provar, isto sim, e está aí o esclarecimento para a "GAZETA DO POVO" - que haveremos

de ganhar as eleições, porque os nossos comícios têm recebido 3, 4 vezes mais povo que os municípios programados pela Arena. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra à Liderança da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 162/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Estadual, em caráter prioritário, retificação e pavimentação da estrada CÉU AZUL, VERA CRUZ, DIAMANTE DÔESTE e SANTA HELENA. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ., favorável da C.F. e CONTRÁRIO pelo Arquivamento da C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 160/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 198/76, Mensagem 58/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 161/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 222/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 255/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ANTONINA, objetivando reparos no prédio onde funciona o COLÉGIO ESTADUAL VALLE PORTO, do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 163/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 226/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ASSAÍ, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 165/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 233/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de FÊNIX, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 166/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 235/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JAPURÁ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA e o GRUPO ESCOLAR "MARECHAL CÂNDIDO RONDON", da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 243/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PORECATU, objetivando reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PROFESSOR MALVINO DE OLIVEIRA, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 247/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR "MACHADO DE ASSIS", na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 248/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO JOÃO, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR D. MARIA IZABEL GUIMARÃES e a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 252/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de UMUARAMA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DE UMUARAMA, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 172/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 257/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ARA-POTI, objetivando execução de reparos em próprios do Estado, naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 173/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 259/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DA SEÇÃO DE PALMITAL, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 173/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da Seção Palmital, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 259/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 68/75, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 11 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da Seção Palmital.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 174/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 266/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GENERAL CARNEIRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 174/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GENERAL CARNEIRO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente;

Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 266/76

A presente Proposição 266/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GENERAL CARNEIRO, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado, naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 175/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARACI, objetivando execução de reparos em próprio Estadual, naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 175/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Guaraci, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquela comuna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 268/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaraci, objetivando execução de reparos em próprios do Estado, naquela comuna.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 176/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 269/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBAITI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a 10.^a INSPECTORIA REGIONAL DE ENSINO e o GINÁSIO ESTA-

DUAL ANTÔNIO MARTINS DE MELO, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 176/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de IBAITI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a 10ª Inspeção Regional de Ensino de Ibaiti, e o Ginásio Estadual Antônio Martins de Melo, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 269/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de IBAITI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a 10ª Inspeção Regional de Ensino de Ibaiti e o Ginásio Estadual Antônio Martins de Melo.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 177/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 273/76, Mensagem Governamental 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JOAQUIM TÁVORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE SAÚDE e DELEGACIA DE POLÍCIA, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO 177/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Joaquim Távora, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 273/76

I — Em obediência a dispositivos constitucionais o Senhor Governador está enviando a esta Assembléia Legislativa, cópia

autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Joaquim Távora, visando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele Município.

II — A celebração de convênios encontra amparo legal no que dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição Estadual, que diz ser de exclusiva competência do Poder Executivo firmar convênio com a União, com os Estados e os Municípios, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Em assim sendo, opinamos pela aprovação do plano de lei em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 178/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 279/76, Mensagem Governamental 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 178/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 279/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vigário Severo Preima, ocorrido na cidade de Malet. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor José Telles, ocorrido na cidade de Castro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Heráclio de Camargo, ocorrido na cidade de Castro. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de

pesar pelo falecimento do Sr. Moacir Mossurunga, ocorrido na cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 96/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do sexto aniversário de fundação do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo providências visando ser restabelecido o funcionamento normal do serviço telefônico da cidade de Santo Inácio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Nelson Carneiro, que veda a pesca da baleia, pelo espaço de dez anos, em águas brasileiras. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 53.º aniversário de instalação do 13.º Batalhão de Infantaria Blindada. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia da Secretária" — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam designados mais funcionários para o Serviço de Identificação Civil em Maringá, bem como melhorias nas instalações. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao INCRA, no sentido de que seja providenciado a regularização dos imóveis atingidos pela bacia de acumulação da Usina de Salto Osório, no Rio Iguaçu, nos municípios de São João, São Jorge e Chopinzinho. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de outubro, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 601/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7049, de 10 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula 148, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 13 de outubro de 1968 e 13 de agosto de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 600/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7827, de 02 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a WILIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula número 354, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 07 de fevereiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 599/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7930, de 13 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, matrícula n.º 084, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 23 de julho de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente.
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 598/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7229, de 16 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do inciso I, do Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de HELENA REGINA STEPHAN, matrícula número 076, ocupante do cargo de nível PL "24", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, oito (08) meses e três (03) dias, compreendido entre 22 de janeiro de 1969 e 25 de maio de 1976, em que prestou serviços à Câmara Municipal de Curitiba, incluídos neste total, quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar; e, II - quatro (04) anos, e (01) um mes e dezenove (19) dias, para todos os efeitos legais, de acordo com o inciso I, do Art. 129, da mesma Lei, no período compreendido entre de 02 de dezembro de 1964 e 21 de janeiro de 1969, de serviços prestados ao Poder

Executivo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 597/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6958, de 6 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - refutar "ex-offício" o item II, do Decreto Legislativo número 179/76, de 05 de abril de 1976, para declarar que o tempo de seis (06) meses mandado incorporar ao acervo de serviço público de OCIREMA STAMM BELLE, matrícula número 440, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, está compreendido entre 1.º de dezembro de 1967 e 1.º de outubro de 1971, e não como consta naquele ato;

II - mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio compreendido entre 1.º de outubro de 1971 a 1.º de outubro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e,

III - conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 30 de janeiro de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos

legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

PORTARIA N.º 535/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8431, de 27 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, ao funcionário ELIAS PEREIRA, matrícula número 417, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 536/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8433, de 28 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 1/76, ao funcionário BOGDANO KARPEN, matrícula número 307, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral